

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## PROJETO DE LEI Nº 4.568, DE 2021

Institui a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab) e define seus objetivos, princípios, diretrizes, coordenação, responsabilidades e fontes de custeio.

**Autores:** Deputados FELIPE RIGONI e outros

**Relator:** Deputado TENENTE-CORONEL ZUCCO

### I - RELATÓRIO

Pelo Projeto de Lei nº 4.568, de 2022, o nobre Deputado FELIPE RIGONI e outros, visa, nos termos da sua ementa, a instituir a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab) e define seus objetivos, princípios, diretrizes, coordenação, responsabilidades e fontes de custeio.

Em sua longa e minudente justificação, o Autor informa que “a Meta 16 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) previa a implantação, até 30 de junho de 2006, de um laboratório-modelo de soluções de análise tecnológica de grandes volumes de informações para difusão de estudos sobre melhores práticas em hardware, software e adequação de perfis profissionais”.

Assevera, ainda, que “trata-se do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DRCI/SENAJUS/MJSP), instalado em 2007, mediante um convênio entre o MJSP e o Banco do Brasil.”



E segue afirmando que “a Portaria nº 242, da SNJ, de 29 de setembro de 2014, instituiu a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (REDE-LAB). A Rede-Lab conta, hoje, com 59 laboratórios localizados nas Polícias Cíveis dos Estados, nos Ministérios Públicos Estaduais, na Receita Federal, na Polícia Federal e, em razão de acordos de cooperação, em órgãos parceiros, tais como Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal de Contas da União (TCU), Procuradoria Geral da União (PGU), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Defensoria Pública da União (DPU) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).”

Apresentado em 20 de dezembro de 2021, o Projeto de Lei nº 4.568, de 2021, foi, em 02 de fevereiro de 2022, distribuído à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (mérito), à Comissão de Finanças e Tributação (mérito), e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD), sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD) no regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD).

Aberto o prazo de 5 (cinco) sessões para a apresentação de emendas a partir de 18 de maio de 2022, o mesmo foi encerrado, em 31 de maio, sem que tenham sido apresentadas emendas.

Em 23/03/2023 fui designado relator e em 27 do mesmo mês foi reaberto o prazo de apresentação de emendas que transcorreu sem apresentação de nenhuma.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.568, de 2021, foi distribuído a esta Comissão por se tratar de matéria relativa ao combate ao crime organizado e às políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais nos termos do art. 32, inciso XVI, alíneas ‘b’ e ‘g’, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Cumprimentamos o ilustre Autor pela preocupação em dotar o ordenamento jurídico do País de mecanismos que favoreçam a investigação e



o processamento dos crimes de corrupção e, assim, contribuir para redução da criminalidade no âmbito do território nacional.

A proposição se constitui de um texto bastante completo, composto por 13 artigos distribuídos nos seguintes sete capítulos: Capítulo I – Disposições Gerais; Capítulo II – Dos Objetivos; Capítulo III – Dos Princípios e das Diretrizes; Capítulo IV – Da Coordenação; Capítulo V – Das Responsabilidades; Capítulo VI – Das Fontes de Custeio; e Capítulo VII – Das Disposições Gerais.

Verificamos, conforme deixa claro o Autor da proposição, que o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DRCI/SENAJUS/MJSP), instalado em 2007, mediante um convênio entre o MJSP e o Banco do Brasil, tem origem na necessidade de analisar grandes massas de dados obtidas de quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico nas investigações de casos de corrupção e lavagem de dinheiro.

Com o sucesso do laboratório, foi iniciada, em 2009, sua replicação em outros órgãos federais e estaduais. A Portaria nº 242, da SNJ, de 29 de setembro de 2014, instituiu a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (REDE-LAB), que conta, atualmente, com 59 laboratórios localizados nas Polícias Civis dos Estados, nos Ministérios Públicos Estaduais, na Receita Federal, na Polícia Federal e, em razão de acordos de cooperação, em órgãos parceiros, tais como Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal de Contas da União (TCU), Procuradoria-Geral da União (PGU), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Defensoria Pública da União (DPU) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A rede existe para propiciar o compartilhamento de experiências, técnicas e soluções voltadas para a análise de dados financeiros e para a detecção da prática de lavagem de dinheiro, de corrupção e de crimes relacionados.

O projeto em apreço é um verdadeiro estatuto que confere *status* legal à Rede-Lab e aos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Labs-LDs) e garante a fonte de custeio para funcionamento desses órgãos, entre elas, recursos provenientes de concurso de prognóstico da loteria

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zucco

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236596375100>



esportiva. Sobre esse assunto, sugerimos que se adote a mesma sistemática que é aplicada para outras entidades da sociedade e que recebem recursos da loteria esportiva. O padrão é realizar um concurso por ano para cada um dos beneficiários. Entendemos ser essa a sistemática mais justa, para não prejudicarmos os concursos que são uma fonte importante de recursos para diversos fins.

Dessa forma, apresentamos uma emenda de relator para alterar a redação do projeto em seu art. 9º e, também, no art. 11, realizando as alterações necessárias. Além dessa receita, os laboratórios contarão, ainda, com recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O projeto também possibilita que a rede e os laboratórios estabeleçam parcerias com universidades e parques tecnológicos para treinamento e obtenção de pessoal para trabalhar na análise de dados.

A Rede-Lab e os Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Labs-LDs) se constituirão em verdadeiras ferramentas de excelência no combate a corrupção. Conforme dados da justificação, foram analisados 17.186 casos, gerando cerca de 150.000 relatórios, e identificados R\$ 538 bilhões em ativos com indício de ilicitude.

Em face do exposto, este Relator se manifesta, no **MÉRITO**, pela **APROVAÇÃO** do PL 4.568/2021 e da emenda do Relator.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado TENENTE-CORONEL ZUCCO  
Relator



# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## PROJETO DE LEI Nº 4.568, DE 2021

Institui a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab) e define seus objetivos, princípios, diretrizes, coordenação, responsabilidades e fontes de custeio.

### EMENDA Nº

Os arts. 9º e 11 do projeto passam a ter a seguinte redação:

"Art. 9º A Rede-Lab e os Lab-LDs serão custeados por:

I – dotações orçamentárias;

II – renda líquida da arrecadação de um concurso especial anual da loteria de prognósticos esportivos, nos termos do art. 19, da Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e

III – recursos do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, a que se refere a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986.

....."

Art. 11. A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 19 A renda líquida de 4 (quatro) concursos, por ano, da loteria de prognósticos esportiva será destinada, alternadamente, para as seguintes entidades da sociedade civil:

.....

IV – Rede Nacional de Laboratórios contra a Lavagem de Dinheiro (REDE-lab).

....."

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado TENENTE-CORONEL ZUCCO

Relator

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zucco

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236596375100>

